

Nota à imprensa



CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (CMAP)

terça-feira, 15 de dezembro de 2020

Política de Defesa Agropecuária - Inspeção Animal tem sua estrutura avaliada

O Ministério da Economia divulga hoje mais um relatório de avaliação de políticas públicas, no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), referente ao ciclo 2019.

O CMAP é instância de natureza consultiva com a finalidade de avaliar anualmente uma lista de políticas públicas previamente selecionadas, financiadas por gastos diretos ou subsídios da União, sendo composto pelos Secretários-Executivos da Casa Civil (CC), da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério da Economia (ME), este último responsável por sua coordenação.

No ano de 2019, uma das políticas avaliadas foi a **Defesa Agropecuária – Inspeção de Produtos de Origem Animal em Estabelecimentos de Abate**. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) coordenou essa avaliação executiva e produziu o Relatório de Avaliação e o Relatório de Recomendações para o aprimoramento da política, este último aprovado em reunião do CMAP em 17/07/2020.

A política de Defesa Agropecuária como um todo busca, entre outros objetivos, assegurar a sanidade das populações vegetais e animais e garantir a segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. Uma de suas atividades mais importantes é a inspeção de produtos de origem animal em estabelecimentos de abate, cujo objetivo é o combate ao abate de animais sob condições sanitárias inadequadas para a fabricação de produtos de origem animal. Visa-se, com isso, mitigar o risco de disseminação de doenças, resíduos e contaminantes que tem o potencial de gerar impactos negativos na saúde pública, na saúde animal e na economia.

Para se ter ideia da relevância desse segmento, a pecuária de corte representou 8,7% do PIB em 2018ⁱ. Destaca-se que o Brasil é o maior exportador e o 2º maior produtor mundial de carnes bovina e de frango, além do 4º maior produtor e exportador de carne suína (Tabela 1). A manutenção desse papel de destaque em um ambiente internacional cada vez mais competitivo depende diretamente da eficiência da Defesa Agropecuária.

**Tabela 1 - Posição do Brasil no Mercado Mundial de Carnes em maio/2019**

| Principais Produtos | Brasil - Ranking Mundial Produção | Brasil - Ranking Mundial Exportação |
|---------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|
| Carne bovina | 2º | 1º |
| Carne de frango | 2º | 1º |
| Carne Suína | 4º | 4º |

Fonte: USDA (Posição 20/05/19). Relatório do MAPA *Agropecuária Brasileira em Números*. Edição maio/2019.

A avaliação identificou achados importantes em relação ao modelo de inspeção brasileiro e, com base neles, foram feitas recomendações, aprovadas pelo CMAP, para o aprimoramento da política.

O primeiro achado é de que os custos da atividade de inspeção estão concentrados no setor público, enquanto a experiência internacional fornece indicativos de possíveis alternativas. Nesse sentido, foram estudados os casos de alguns países de destaque na exportação de carne. Em boa parte dos casos, há importante participação de recursos privados no financiamento, normalmente mediante a cobrança de taxas, que permitem a recuperação de parte ou da totalidade dos custos do Estado com a atividade. Para lidar com tal situação, a recomendação aprovada prevê instituir novas fontes de financiamento para as atividades de Defesa Agropecuária que impliquem maior participação do setor privado beneficiado no financiamento dos serviços, com vistas a garantir a sustentabilidade financeira da área.

O segundo achado é que as multas estão desatualizadas, o que amplia o risco moral associado a produtores e proprietários de estabelecimentos fiscalizados, contribuindo para a prática reiterada de infrações – visto que as penalidades não são, em regra, suficientes para mitigar o risco de condutas irregulares. Para corrigir este problema, foi aprovada recomendação com vistas a atualizar os valores das multas aplicadas por infrações provenientes de fiscalizações de produtos de origem animal.

O terceiro achado é que o atual modelo de inspeção gera elevado peso financeiro para o setor público. Mais uma vez, a experiência internacional pode fornecer indicativos. Os modelos de alguns países exportadores preveem, por exemplo, a contratação, pelo estabelecimento de abate, de parte dos serviços associados à inspeção junto a empresa pública ou a agentes e empresas privados por meio de contratos de direito privado; ou a focalização da atividade dos inspetores públicos em tarefas ligadas mais diretamente à saúde pública e ao bem-estar animal a partir da perspectiva de avaliação de risco, delegando-se parte das tarefas a empregados das empresas. Há, entretanto, a necessidade de se atentar para o risco de a participação de agentes privados, dependendo da



formatação do modelo, ser vista pelos importadores como um potencial foco de conflito de interesses. Para lidar com tal situação, recomendou-se revisar a organização e a divisão de responsabilidades do modelo de inspeção brasileiro, especialmente por meio da redefinição do modelo institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

ⁱ Beef Report 2019. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC). Disponível em: <http://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2019>.